

Questão Social e Questão Racial no Brasil: a visão de Octávio Ianni

Nívia Cristiane Pereira da Silva*

Introdução

Atualmente, refletir sobre questão social considerando as particularidades do Brasil exige acurado rigor teórico, ante as diversas vertentes que vêm orientando campos distintos de atuação e que fazem interface com o tema, como movimentos sociais, organizações não governamentais, produções acadêmicas, elaborações de políticas sociais e a formação de profissionais que atuam diretamente com as expressões da questão social.

É objetivo deste artigo, sistematizar elementos que compõem teoricamente a análise realizada por Octavio Ianni sobre as desigualdades sociais no Brasil e compreender a articulação realizada pelo autor entre questão social, classe social e preconceito e discriminação racial. Daremos ênfase às produções centrais do autor que tratam da temática e, não é, pois, objetivo do texto confrontar conceitos sobre “questão social” entre autores diversos, mas indicar e refletir sobre o pensamento de Ianni a respeito da particularidade das relações sociais capitalistas e suas consequências para formação social brasileira.

Alguns temas são recorrentes na produção do autor, como a tematização sobre: realidade brasileira; classe social; transformação social; questão racial; Brasil moderno; nacionalismo e desenvolvimentismo; e, revolução brasileira. A questão

*Assistente Social, mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco, professora assistente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Endereço postal: Departamento do Curso de Serviço Social, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, Campus I, Conjunto Humanístico, Cidade Universitária, João Pessoa, Paraíba. CEP: 58059-900. Endereço eletrônico: niviacp@gmail.com

social como expressão síntese da contradição entre capital e trabalho atravessa algumas análises de Ianni, além do texto intitulado: A Questão Social¹.

Seguindo essa trilha investigativa, evidenciamos que algumas produções consagradas do autor revelam uma preocupação excepcional em compreender o Brasil e seu desenvolvimento político, econômico, social e cultural, considerando dois aspectos singulares, para ele indissociáveis: o preconceito de classe e o preconceito racial². Acompanhando esse traçado analítico, pretende-se aqui problematizar a criminalização da questão social e o modo como o preconceito de classe e o preconceito racial incidem sobre o tema da questão social, considerando a problematização do autor sobre o “lugar” da população negra na sociedade brasileira.

A relevância deste artigo está na tentativa de reunir elementos teóricos da produção intelectual e política de Ianni que parte de uma perspectiva marxista de análise sobre a transformação do escravo em negro no país, identificando a questão racial e o antagonismo entre as classes sociais como uma marca que define o “lugar” da população negra na sociedade brasileira que tem conseqüências até os dias atuais. Para o autor, as possibilidades de superação da desigualdade social só podem ser levadas à frente se a teoria da transformação social considerar a participação dos negros, em razão da particularidade histórica do Brasil e de outros países da América Latina.

A singularidade da obra de Ianni, nesse campo temático sobre a questão social, se fundamenta nessa fértil articulação do debate sobre a relação intrínseca entre classe social e questão racial. E, partindo das reflexões de Ianni, é possível afirmar que a história da formação social brasileira registra a desigualdade enquanto uma realidade concreta do Brasil Colônia até os dias atuais. O *desenvolvimento desigual e combinado* é uma característica fundante dessa história e, por isso, permanece atual. De acordo com Ianni: “o Brasil moderno parece um caleidoscópio de muitas épocas, formas de vida e trabalho, modos de ser e pensar” (2004:85).

Considerar esses aspectos é fundamental para compreender o pensamento do autor e, principalmente, para apreender a abordagem teórica da questão social na contemporaneidade e a particularidade brasileira, constituída com a herança da Colônia, do Império e da República e que, nas várias conjunturas, condicionaram as forças produtivas e as relações de produção.

Formação social brasileira e criminalização da questão social

A partir da obra de Ianni, pensar a formação social brasileira supõe considerar que a história não é homogênea e estática, e seu movimento é alimentado pelas alterações das forças sociais internas e externas que direcionam as mudanças, rupturas e expansão do processo de dominação social. Nesse sentido, para compreender o Brasil contemporâneo, é necessário conceber a história numa perspectiva dialética,

¹ IANNI, Octavio. A Questão Social. In: *Octavio Ianni - Pensamento Social no Brasil*. Bauru, SP: EDUSC, 2004. Pág. 103

² *Escravidão e racismo* (1978), *Classe e nação* (1976), *O ciclo da Revolução Burguesa* (1984), *Raças e classes sociais no Brasil* (1966), *As metamorfoses do escravo* (1962), *Política e Revolução Social no Brasil* (1965), *Revolução e cultura* (1983), entre outras.

para orientar uma reflexão com base nas contradições presentes nas relações sociais capitalistas. Segundo Ianni:

Na interpretação marxista da história da sociedade brasileira li-da-se principalmente com as relações, processos e estruturas que constituem as configurações sociais de vida. Configurações que se expressam em realidades sociais, econômicas, políticas, culturais e outras, conforme a época e o lugar, a pompa e a circunstância. As figuras históricas, as cronologias e as façanhas registradas na historiografia oficial e oficiosa são recriadas à luz das formas de vida e trabalho. Em especial, trata-se de deslindar os trabalhos e os dias, as formas de viver e trabalhar, de produzir e consu-mir, mandar e obedecer, ser e pensar que constituem e explicam as épocas históricas conhecidas como Colônia, Império e República. (IANNI, 2004, p. 77)

Para Ianni, a questão social atravessa a história da formação da sociedade brasileira como fruto das desigualdades econômicas, políticas e culturais, cujas expressões mais latentes são a questão de classe, a questão racial e as desigualdades regionais sempre tencionando a relação entre sociedade civil e o poder estatal. Para o autor, “a questão social é de todos os lugares e de todos os tempos” (IANNI, 2004), e *o trabalho está no centro* da questão social.

O regime de trabalho escravo e o modo de exploração da força de trabalho dos negros expõem a questão social de modo aberto e transparente representando uma das épocas da formação da social brasileira, e, assim, da própria história da questão social. Com a abolição da escravatura e a emergência do trabalho livre, é instaurada uma “nova” relação de poder entre os detentores dos meios de produção e os detentores da força de trabalho, gerando mobilizações de ambas as partes. Os trabalhadores e trabalhadoras resistiram por meio de lutas por melhores condições de vida e de trabalho, e os protestos, em suas diversas formas no campo e na cidade, visavam à garantia de reformas e também tinham como horizonte a revolução social.

A partir desse contexto, a questão social passa a ser reconhecida enquanto realidade concreta por setores dominantes e governos – apesar da repressão contra as reivindicações e protestos –, passando a ser considerada não mais um problema de polícia, mas como um problema político. O reconhecimento da questão social enquanto problema político não garantiu mudanças estruturais no combate às suas expressões mais latentes, sendo a *repressão* e a *criminalização* elementos constitutivos da intervenção estatal e dos setores dominantes frente às manifestações e protestos. Esse quadro é aprofundado na Nova República iniciada em 1985. Ao comentar esse período histórico, Ianni conclui que “os diagnósticos indicam a gravidade da situação social brasileira herdada de muitos anos e décadas. Remetem à raízes que implicam o militarismo e o populismo. Enquanto a economia cresce e o poder estatal se fortalece, a massa dos trabalhadores padece.” (IANNI, 2004:105).

A economia do Brasil se expandiu aceleradamente desde os anos de 1930, e, principalmente a partir de 1950, o poder público, instituições privadas e estrangeiras apostam na diversificação da economia, investindo recursos em transportes, energia, comunicações, petróleo, infraestrutura urbana, entre outros, para fornecer condições objetivas ao processo de industrialização e à urbanização das cidades estratégicas para esse projeto, como foi o caso de São Paulo. Como consequência desse processo, a economia brasileira cresceu quatorze vezes entre 1940 a 1980, com repercussão expressiva sobre a relação das classes sociais e o padrão de desigualdade social.

Nos anos 1980, a questão social apresenta-se com um dos maiores desafios para a Nova República, expressando processos estruturais que têm por base as desigualdades e os antagonismos sociais configurados ao longo dos 50 anos de forte industrialização. Ianni destaca o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo, na cidade e no campo, a industrialização e a urbanização e, ao referir-se às lutas sociais resultantes da resistência da classe trabalhadora e da opressão do poder estatal, afirma que

As crescentes diversidades sociais estão acompanhadas de crescentes desigualdades sociais. Criam-se e recriam-se as condições de mobilidade social horizontal e vertical simultaneamente às desigualdades e aos antagonismos. Esse é o contexto que emprego, desemprego, subemprego e o pauperismo se tornam realidade cotidiana para muitos trabalhadores. As reivindicações, protestos e greves expressam algo desse contexto. [...] (IANNI, 2004, p. 107).

É por meio das lutas sociais, que a questão social passa a ser visualizada e considerada politicamente, por ultrapassar o âmbito privado da relação entre capital e trabalho, impondo à esfera pública novas demandas pensadas e articuladas pela classe trabalhadora. E esse processo de conscientização política dessa classe passa a exigir a intervenção do poder estatal, que coloca em pauta, através das mobilizações e reivindicações, o reconhecimento e a legalização dos direitos sociais, econômicos, culturais e políticos.

A questão social perpassa o conjunto das dimensões sociais e históricas da formação brasileira em suas particularidades conjunturais, mas é necessário atribuir destaque que considero indispensável nesta análise: a importância atribuída pelo autor à questão racial, e, especialmente, à situação social dos negros no Brasil frente ao contexto de exploração, discriminação e utilização da força de trabalho dessa população. Para Ianni, a questão racial “é um dilema fundamental da formação, conformação e transformação da sociedade brasileira” (2004, p.143) por influenciar e compor historicamente as criações culturais e por fazer parte da relação entre economia e sociedade, política e cultura:

(...) a escala e a radicalidade da questão racial no Brasil podem ser consideradas condições fundamentais não só da luta pela

eliminação do preconceito racial, mas também da transformação da sociedade brasileira como um todo e, fundamentalmente, da verdadeira construção de uma sociedade nacional, articulada, viva, em movimento; de tal modo que a sociedade civil e o Estado desenvolvam-se de forma articulada e fluente; de tal modo que a “população” se transfigure em “povo”, no sentido de que o povo se constitui quando se compõe de “cidadãos”, de pessoas situadas e integradas, participantes e ativas, em todas as esferas da sociedade, públicas e privadas. (IANNI, 2004, p. 143).

Considerando a questão racial como parâmetro necessário e indispensável para compreender a formação social brasileira, Ianni atribui importância aos indígenas, portugueses, espanhóis, imigrantes asiáticos entre outros. Mas, dá ênfase aos negros descendentes dos africanos escravizados em suas análises sobre transformação social e luta de classes. De acordo com o autor,

Descendente do africano escravizado, marcado pela diáspora e pelo holocausto, compondo a mais numerosa coletividade, dentre as várias etnias; mesmo porque os brancos distribuem-se em distintas nacionalidades, fidelidades e identidades; sem esquecer que muitos compõem amplamente os trabalhadores assalariados, as classes e setores subalternos, mesclando-se com os negros e outras etnias em locais de trabalho, produção e reprodução. Sim, grande parte da questão racial no Brasil diz respeito ao negro, como etnia e categoria social, como a mais numerosa “raça”, no sentido de categoria criada socialmente, na trama das relações sociais desiguais, no jogo das forças sociais, como as quais se reiteram e desenvolvem hierarquias, desigualdades e alienações (IANNI, 2004, p. 143).

As relações sociais desiguais à que se refere Ianni foram constituídas ao longo da história da sociedade brasileira, e a população negra sempre ocupou lugares vulneráveis e “invisíveis” no âmbito social, político, econômico e cultural. Assim, para avaliar a escala e a radicalidade das reivindicações dessa população no Brasil, é necessário considerar aspectos destacados pelo autor dentre os quais: a incorporação do negro à sociedade brasileira como força escrava de trabalho, a formação e desenvolvimento das castas, a formação social escravocrata, os “mitos particularmente cruéis” criados pela “elite” dominante sobre a história da sociedade brasileira e, por fim, a longa história de alienação e a ideologia racial evasiva que se consolidou na sociedade brasileira em vários setores.

Assim, é partindo desses aspectos que se torna possível identificar, na análise de Ianni, que a particularidade histórica dos negros no Brasil revela-se como uma categoria social importante e indispensável para pensar a superação da sociedade de classes. E esse movimento político e ideológico deve perpassar as diversas formas de organização e resistência da “população” negra brasileira, em conjunto com outros segmentos sociais.

A questão social é apreendida por Ianni como o “fermento mais importante da transformação social brasileira” (2004, p.105). Mas, ele compreende que a participação dos negros no processo revolucionário é decisiva, pois parte do princípio de que o preconceito racial é um instrumento de dominação, que, somado ao preconceito de classe, gera discriminação, intolerância, desigualdades de acesso aos direitos sociais, políticos, jurídicos e culturais, além da violência em suas diversas formas de manifestação. Ianni defende, claramente, a seguinte tese:

(...) a raça e a classe são constituídas simultânea e reciprocamente na dinâmica das relações sociais, nos jogos das forças sociais. Essa é a fábrica da dominação e alienação que pode romper-se, quando uns e outros, assalariados de todas as categorias, simultaneamente negros e brancos, em suas múltiplas variações, compreendem que a sua emancipação implica a transformação da sociedade: desde a sociedade de castas à de classes, desde a sociedade de classes à sociedade sem classes. Na sociedade sem classes, todos podem realizar-se como pessoas, indivíduos e coletividades. As diversidades não se transformam em desigualdades, distintas modalidades de alienação. Os distintos traços fenotípicos não se transformam em estigmas. Ao contrário, as diversidades de todos os tipos participam da formação, conformação e transformação policrônica e polifônica da sociedade (IANNI, 2004, p. 147).

Esta tese nos indica que muito temos por pensar sobre a atual situação da população negra no Brasil e seus impactos na organização da classe trabalhadora e dos movimentos sociais. Ainda que esse não seja o nosso objetivo aqui, não podemos nos furtar a sugerir destaque à relação entre questão social, preconceito de classe e preconceito racial e suas expressões nos centros urbanos do Brasil, pois, como mostram as agências de pesquisa, na cidade se concentra grande parte das desigualdades sociais resultantes da histórica concentração de renda e da criminalização da pobreza no país.

O “lugar” da população negra na sociedade brasileira: questão social, preconceito de classe e discriminação racial

As desigualdades de classe e a desigualdade racial no Brasil contemporâneo são expressão da herança do processo histórico, a que se acrescem atualmente outros determinantes nesse processo. As transformações ocorridas nas últimas décadas sobre as cidades brasileiras são resultantes do processo de reestruturação capitalista que atinge a estrutura social de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, exigindo adaptações dos grandes centros urbanos para viabilizar as demandas do atual ciclo do capital, provocando alterações consideráveis no cotidiano dos habitantes do campo e da cidade.

A financeirização da economia mundial impôs, às relações sociais, mudanças radicais vinculados à esfera do trabalho que resultaram no aumento do desemprego estrutural e a acentuação da pobreza nos países considerados de Terceiro Mundo,

como também em países economicamente desenvolvidos (ANTUNES, 2000). A reestruturação produtiva e a reorganização dos mercados afetam tanto a produção quanto as relações sociais, pois a sua exigência central é a redefinição do papel das forças produtivas na recuperação do ciclo da produção do capital. Essas mudanças incidem sobre as várias esferas da sociedade (produção, circulação, sociopolítica e institucional) e sobre as estratégias de controle do capital sobre o trabalho, especificamente em relação às dimensões sociopolíticas e institucionais que exigem mecanismos capazes de obter a “aprovação” dos trabalhadores.

No caso brasileiro, o processo de reestruturação capitalista gerou mudanças na organização do trabalho que redundaram no aumento do desemprego, na ampliação do número de trabalhadores sem carteira assinada, em empregos baseados no modelo da terceirização, entre outras conseqüências. Para as novas formas de produção e reprodução da vida social a cidade é fundamental na consolidação da reestruturação capitalista, pois o espaço urbano oferece condições indispensáveis para dinamizar a capacidade produtiva e a rotação do capital por meio dos equipamentos coletivos e infraestruturas urbanas disponibilizadas pelo Estado.

Nesse sentido, mudanças nas forças produtivas e nas formas de organização da gestão e dos processos de trabalho afetam as cidades, tornando-as mais vulneráveis à dinâmica do capital e suas demandas. As restrições nas formas de acesso aos bens e serviços urbanos limitam o direito à cidade onde se concentram amplamente as expressões da questão social, em decorrência de radicais mudanças ocorridas na divisão social e técnica do trabalho que atingem diretamente os habitantes dos centros urbanos e principalmente a população pobre.

Essas mudanças afetam as políticas de emprego, as políticas sociais e o mercado de trabalho e provocam impactos qualitativos nas condições de acesso da população à cidade. O desemprego e a ampliação da precarização das relações de trabalho é uma expressão da questão social nesse contexto e desencadeia uma série de problemas sociais resultantes da pauperização. Este processo tem gerado um acúmulo de miséria que é proporcional ao crescimento do capital, ampliando a desigualdade social, nas áreas rurais e urbanas.

Pensar o acesso da população negra aos direitos sociais, econômicos, culturais e jurídicos no Brasil é considerar o processo histórico que marca e define “o lugar” dos negros e negras na sociedade brasileira. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (IBGE/PNAD) de 2006 revelam que a população pobre do Brasil não tem acesso aos principais bens e serviços que devem ser garantidos por meio de políticas públicas e a situação da população negra neste caso é ainda mais precária. Em 2006, a população negra era de 87.374.950 habitantes (incluindo pardos e pretos).

A população pobre no Brasil é, em sua maioria, constituída de mulheres e homens negros: enquanto a população pobre branca representa 35,95%, a negra representa 63,63%. De acordo com a mesma fonte, os cidadãos negros, pardos, amarelos e indígenas representam 50,3% da população em 2006 e a parcela que mais cresceu foi a de negros em 1,345 milhão de pessoas.

Essa população pobre é marcada pelo preconceito de raça, gênero e de classe, ainda que mudanças consideráveis venham ocorrendo a partir dos movi-

mentos sociais que têm como projeto político apresentar demandas e exigir da sociedade e do Estado outro “lugar” para a população negra, que não seja caracterizado e estigmatizado pela desigualdade política, social, econômica e cultural.

Diante desse “quadro” socioeconômico em que se encontra historicamente grande parte da população negra no Brasil, é importante considerar a análise de Ianni sobre o processo de criminalização da questão social. Ele compreende que a criminalização da pobreza além de ser resultado das relações sociais capitalistas, também revela a constante responsabilização das vítimas desse processo. Para o autor

Muito tempo depois, praticamente um século após a Abolição da Escravatura, ainda ressoa no pensamento social brasileiro a suspeita de que a vítima é culpada. Há estudos em que a “miséria”, a “pobreza” e a “ignorância” parecem estados de natureza, ou da responsabilidade do miserável, pobre, analfabeto. Não há empenho visível em revelar a trama das relações que produzem e reproduzem as desigualdades sociais. (IANNI, 2004, p. 110).

A situação social da população pobre e negra, no Brasil contemporâneo permite afirmar que o acesso aos direitos básicos torna-se limitado diante da funcionalidade da questão social sob o capitalismo. A tentativa de *naturalizar a questão social* é uma tendência presente em vários segmentos políticos ou intelectuais. Em seu texto, *A criminalização da questão social*, o autor aponta de forma crítica duas formas de “explicação” que fundamentam essas tendências: a *assistência* e a *violência*.

Uma (explicação) tende a transformar as manifestações da questão social em problemas de assistência social. O sistema nacional de previdência e o serviço nacional de assistência social são as expressões mais evidentes dessa forma de “explicar” e “resolver” a questão social.

Outra explicação tende a transformar as manifestações da questão social em problemas de violência, caos. Daí a resposta óbvia: segurança e repressão. Toda manifestação de setores sociais subalternos na cidade e no campo pode trazer o “gérmen” da subversão da ordem social vigente. A ideologia das forças policiais e militares, bem como de setores dominantes e de tecnocratas do poder público, está impregnada dessa “explicação”. (IANNI, 2004, p.112).

De acordo com o autor, tais mecanismos são utilizados como instrumentos de controle de grupos e classes para que a “paz social” ou “a lei e a ordem” não sejam colocados em questão, buscando evitar formas de organização políticas revo-

lucionárias, o que por sua vez contribui para a criminalização e naturalização da questão social. Todavia, as relações contraditórias entre as classes também criam resistências através de lutas sociais, uma vez que

[...] a economia e a sociedade, produção e as condições de produção, o capital e o trabalho, a mercadoria e o lucro, o pauperismo e a propriedade privada capitalista reproduzem-se reciprocamente. O pauperismo não se produz do nada, mas da pauperização. O desemprego e o subemprego são manifestações dos fluxos e refluxos dos ciclos dos negócios. A miséria, a pobreza e a ignorância, em geral, são ingredientes desses processos. [...] A análise atenta das relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica permite demonstrar que os progressos da economia têm raízes na pauperização relativa – e às vezes absoluta – de trabalhadores da cidade e do campo. [...]. (IANNI, 2004, p. 112).

As reivindicações e a mobilização da população articuladas por movimentos sociais fazem com que a questão social, o preconceito de classe e o preconceito racial ganhem um caráter político e crítico, acionando resistências e estratégias de luta coletiva no processo de transformação social.

No texto “Marxismo e a questão racial” (1988), Ianni sustenta que as classes sociais não esgotam a riqueza da realidade das sociedades nacionais e as contradições da história. Se essas contradições são historicamente necessárias, também “as contradições étnicas, raciais, culturais e regionais são muito importantes para compreendermos o movimento da sociedade tanto na luta pela conquista da cidadania, como na luta para transformar a sociedade, pela raiz, no sentido do socialismo” (IANNI, 1988, p. 189). Essas contradições vêm sendo enfrentadas pelo movimento negro no Brasil de forma qualificada e fortalecida desde 1970, tendo como principal objetivo atribuir visibilidade para o conjunto da sociedade à discriminação racial e como atingem de forma funesta os afrodescendentes, no que diz respeito, o acesso à educação de qualidade, lazer, emprego, salários justos e o direito de exercer sua cidadania.

Segundo o resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD/2007, no Brasil, a concentração de analfabetos da população negra (14,1%) é mais que o dobro da concentração na população branca (6,1%) e como indica pesquisa publicada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE, o índice de desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras é maior entre a população negra, estando a mulher negra mais vulnerável ao desemprego e ao trabalho informal sem garantia de direitos trabalhistas.

As informações acima indicadas instigam a necessidade de recuperar a reflexão de Ianni que atestam a sua atualidade ao afirmar que, para compreender o presente, é indispensável desvendar e apreender o passado, uma diretriz metodológica essencial para discutir a relação entre questão social, preconceito de classe e discriminação racial, pois, “é na estrutura da situação do presente, enquanto situação definida pelas relações de produção, pela estrutura de classes, pelas formas

de organização do poder etc., que se encontram as determinações básicas das relações de integração e antagonismo raciais." (IANNI, 1988, p. 155).

De acordo com essa perspectiva, a questão racial deve ser interpretada a partir da análise das relações de produção, *compreendidas como relações de apropriação econômica e dominação política*. Ou seja, é no contexto da formação social capitalista que as contradições podem ser reveladas e enfrentadas através das lutas coletivas. Para o autor,

As relações sociais estão, intimamente, vinculadas às forças produtivas. Ao adquirir novas forças produtivas, os homens trocam de modo de produção e, ao trocar de modo de produção, a maneira de ganhar a vida, trocam todas as suas relações sociais. [...] Os homens ao estabelecerem as relações sociais de acordo com o desenvolvimento de sua produção material, criam também os princípios, as idéias e as categorias em conformidade com suas relações sociais. Portanto essas idéias, essas categorias, são tão pouco eternas como as relações às quais servem de expressão. São produtos históricos e transitórios. (MARX apud IANNI, 1988, p. 157).

De acordo com Ianni, grande parte da problemática relativa às relações raciais presentes em países capitalistas revela dois paradoxos: o primeiro é a valorização dos ideais de igualdade intelectual e política de todas as pessoas ou cidadãos sem distinção de raça ou credo religioso. Em paralelo a essa afirmação, estão os conflitos e os antagonismos resultantes da condição de desigualdade a que se encontra submetida a população negra e pobre. Esse paradoxo, para o autor, não será resolvido ou explicado enquanto os estudos que se dedicam à essa temática não identificarem as raízes econômicas e políticas das desigualdades raciais consoante as especificidades nacionais:

[...] é evidente que algumas situações cruciais passadas influíram de forma decisiva na maneira de organização sócio-cultural das relações e ideologias raciais. Mas todas as condições histórico-culturais mais significativas reaparecem nas situações concretas presentes. Podem ser reencontradas nos riots, na atuação de partidos políticos de base racial, na violência guerrilheira. São as relações político-econômicas, no entanto que, em última instância, podem explicar a persistência e as transformações das situações de antagonismo e conflito que se repetem em um e muitos países (IANNI, 1988, p. 166).

A partir dessa afirmação, o autor conclui que, com algumas particularidades, a história dos antagonismos e conflitos raciais segue a histórica das relações político-econômicas das classes sociais e dos grupos sociais. Uma questão central nesse debate é a forma desigual de participação dos negros no produto do trabalho social

que, para Ianni, é uma expressão do preconceito e da discriminação racial, pois ao ser definida como uma raça inferior, – por determinações políticas, sociais, econômicas e culturais – os negros reivindicam menos seus direitos se comparados aos brancos.

Conclusão

A distribuição desigual das raças ao nível da estrutura socioeconômica não é uma realidade de poucos países, mas é uma realidade presente em países pobres e ricos e “quanto mais se desenvolve o caráter internacional do capitalismo, mais se internacionalizam e intensificam os movimentos das forças produtivas básicas, seja o capital e a tecnologia, seja a mão-de-obra” (IANNI, 1988, p.167).

Essa tendência do capitalismo, somada à generalização do trabalho livre, não garante a liberdade do trabalhador no que se refere à sua condição social e política. Ao refletir sobre a condição racial e a desigualdade econômica dos negros, Ianni analisa o “lugar” do negro na sociedade capitalista sempre retomando a sua tese que articula os dois eixos para ele indissociáveis: preconceito de classe e discriminação/preconceito de raça.

Diante da precariedade de vida em que se encontra a população pobre no Brasil, a população negra é, de forma evidente, um dos segmentos mais vulneráveis ante o processo de aviltamento da vida humana resultante das relações sociais capitalistas, pois, no capitalismo, as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais são permeadas pela discriminação e pelo preconceito racial, favorecendo a recriação constante das diferenças, segundo as leis da divisão do trabalho social e da estratificação social, o que se contradiz a “idéia” de cidadania e de trabalhador livre, ao mesmo tempo em que as diferenças de classe e raça são mantidas e recriadas no processo de organização coletiva da sociedade.

Como síntese do tema aqui proposto, é correto afirmar que para Ianni a questão de raça e de classe não se reduz uma à outra e precisam ser apreendidas e compreendidas em suas especificidades. Desconsiderar esse aspecto só alimenta equívocos e incompletudes nas interpretações que dissociam a questão de raça da classe, não incorporando a condição das “pessoas na estrutura de classes da sociedade, sejam elas classes sociais em formação, amadurecidas ou em situação de crise” (IANNI, 1988, p. 178).

Os antagonismos e conflitos sociais que envolvem a questão racial têm suas raízes nas contradições próprias da sociedade capitalista e estão intrinsecamente relacionados com a questão social, que ao ser naturalizada e criminalizada impede uma abordagem crítica e uma intervenção eficaz no que diz respeito às suas expressões.

Por fim, a análise sobre questão social, preconceito de classe e discriminação racial que trata Ianni oferece elementos importantes e polêmicos para a compreensão do processo de formação da sociedade brasileira dentro de um movimento histórico dialético que nos permite considerar as singularidades próprias desse contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Octavio Ianni, um mestre*. *Jornal da USP, São Paulo, ano XIX nº 682*, Disponível em www.usp.br. Acesso em 05/08/2007.
- DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômico. *Taxa de desemprego - População Negra*, 2007. Disponível em: www.dieese.org.br. Acesso em 23/11/2008.
- FALEIROS, Maria Izabel Leme; CRESPO, Regina Aida. *Humanismo e compromisso: Ensaio sobre Octavio Ianni*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- IANNI, Octavio. A dialética da globalização. In: *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. A dialética da história. In: *A sucessão na crise e a crise na esquerda*. São Paulo: Ensaio, 1989.
- _____. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *Enigmas do pensamento latino-americano*. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 2005.
- _____. *Escravidão e Racismo*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- _____. *Pensamento social no Brasil*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- _____. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. *Teorias de estratificação social: Leituras de sociologia*. São Paulo: Editora Nacional, 1972.
- _____. Três Interpretações do Desenvolvimento. In: *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- _____. *Classe e nação*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. *Revolução e cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- _____. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. et al (Org.). *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- LIMA, Marcos Costa. *A sociologia crítica de Octávio Ianni: uma homenagem*. Recife, PE: Editora Universitária da UFPE, 2005.
- PNAD - *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio /2006-2007*. Disponível em: www.ibge.gov.br/PNAD. Acesso: 23/02/2009.

Recebido em 20 de março de 2009.

Aceito para publicação em 05 de junho de 2009.